



RH +50 - ASSOCIAÇÃO QUADROS SENIORES

Redução do Abandono Escolar Precoce

Uma meta a prosseguir

ESTUDOS E INTERVENÇÕES

“O nível de educação está intimamente ligado à capacidade de aprendizagem, de adaptação à mudança e à criatividade - fatores chave para a obtenção de vantagens competitivas, crescimento económico e desenvolvimento...”

Ficha Técnica

Entidade: RH +50 ASSOCIAÇÃO QUADROS SENIORES

Título: Redução do abandono escolar precoce - uma meta a prosseguir, Estudos e Intervenções

Autores / Coordenação Técnica: Maria Rocha (coordenação), Adelaide Ferreira, Ana Paula Moreira e Teresa Furstenau Gomes

Editor e Data de Edição: RH+50, Dezembro de 2014

Apoio: POAT- Programa Operacional Assistência Técnica do Fundo Social Europeu

ÍNDICE

Sumário Executivo	4
I- Combate ao insucesso e abandono escolar	6
II- Causas do insucesso e abandono escolar	8
III- Razões de abandono e desistência dos alunos das Escolas Profissionais..	14
IV- Inventários das políticas públicas de educação	17
V- Contributo do QREN para a redução do Abandono Escolar Precoce	30
VI- Estudos sobre o Abandono Escolar	34
VII- Intervenções e Boas práticas no combate ao Abandono Escolar	48

Índice de figuras

Quadro 1. Taxa de escolarização da População Portuguesa	5
Quadro 2. % População entre os 25 e os 64 anos que completou pelo menos ensino secundário (UE28-Zona Euro18- Portugal)	5
Quadro 3. Evolução das taxas de abandono escolar precoce em Portugal.....	6
Quadro 4. Comparação da taxa de Abandono Escolar na UE.....	7
Quadro 5. Modelos de interpretação das finalidades da educação	8
Quadro 6. Indicadores associados ao fracasso escolar.	13

Sumário Executivo

O abandono escolar precoce, intimamente relacionado com o insucesso escolar e o diminuto nível de qualificações da população portuguesa têm consequências a nível individual (empregabilidade, rendimento disponível, autoestima, saúde, etc.) e da sociedade (desemprego, coesão social, mobilidade social, criminalidade, cidadania, tolerância e desenvolvimento económico).

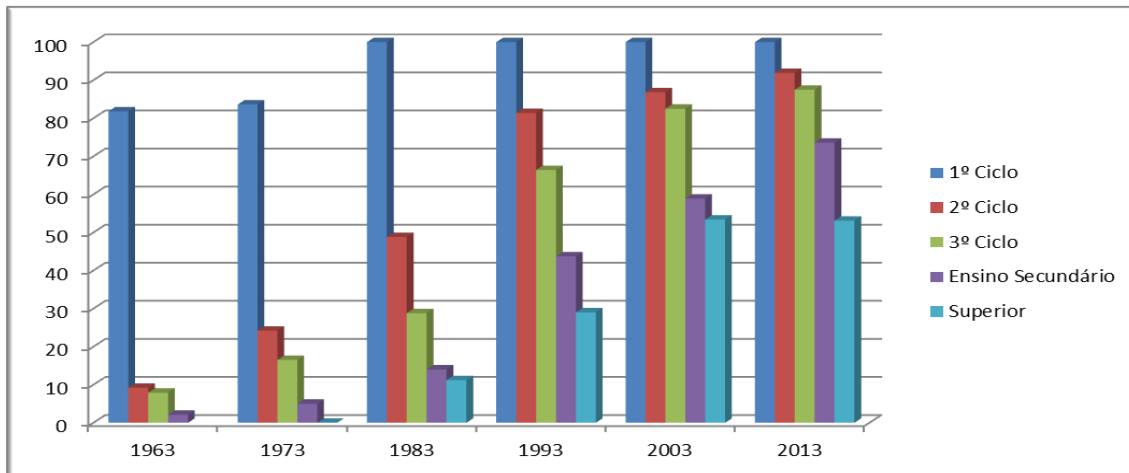
O nível de educação está intimamente ligado à capacidade de aprendizagem, de adaptação à mudança e à criatividade - fatores chave para a obtenção de vantagens competitivas, crescimento económico e desenvolvimento.

A modernização e progresso de uma sociedade obtêm-se através de modelos sustentados de desenvolvimento económico e social.

Também a OCDE, no quadro das recomendações a Portugal, tem insistido na melhoria da educação, pelo aumento da escolarização (em particular no ensino secundário e superior), da qualidade da educação e das vertentes tecnológicas e de formação profissional.

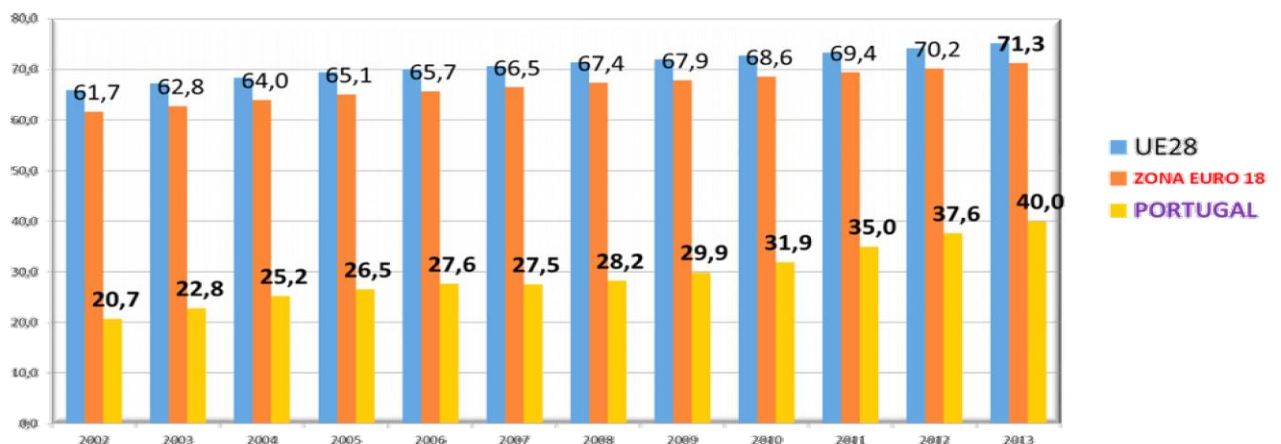
Portugal tem sido alvo de recomendações que incidem reiteradamente sobre os domínios dos investimentos em capital humano, do abandono escolar precoce e da aprendizagem ao longo da vida.

Quadro 1. Taxa de escolarização da População Portuguesa



Observando-se a evolução da taxa de escolarização dos portugueses, verifica-se que evoluímos a bom ritmo nos 40 anos do regime democrático, mas quando comparamos Portugal com os nossos parceiros europeus, constatamos que temos um longo caminho para percorrer...

Quadro 2. % População entre os 25 e os 64 anos que completou pelo menos o ensino secundário (UE28-Zona Euro18- Portugal)

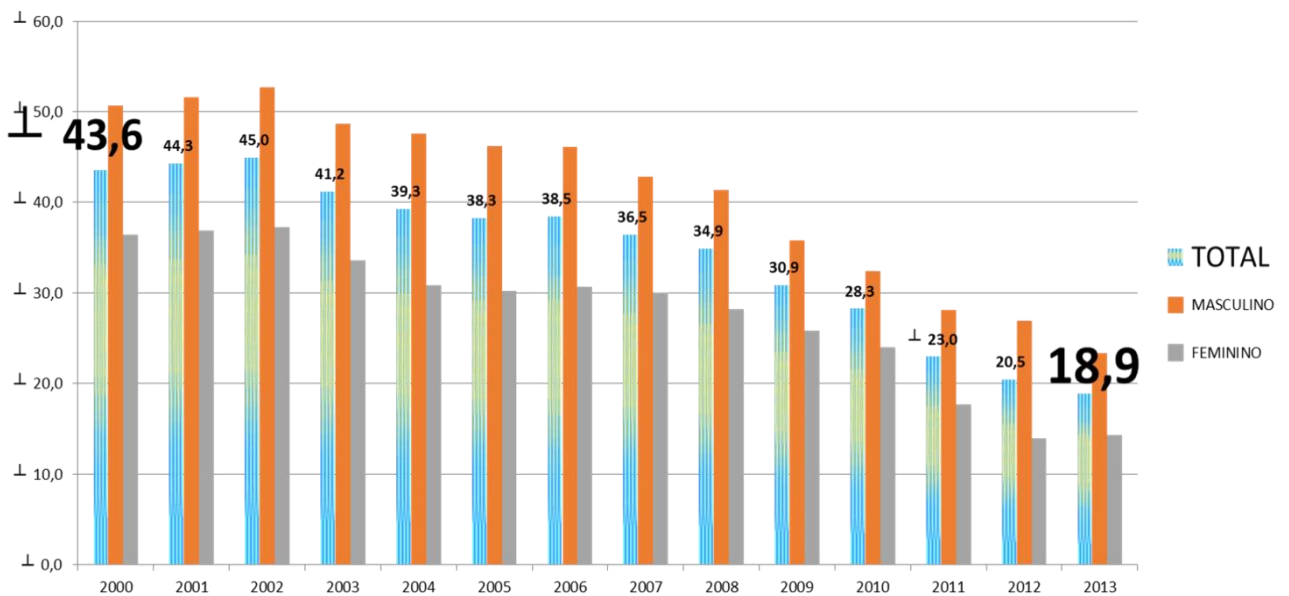


I - Combate ao Insucesso e Abandono Escolar

Desde a entrada de Portugal na União Europeia que se procura combater o insucesso e o abandono escolar através de reformas e medidas diversas implementadas pelos sucessivos governos, na tentativa de mitigar a sua dimensão. Mas o insucesso e o abandono escolar continuam a persistir e Portugal situa-se na cauda da U.E. no que respeita a este fenómeno.

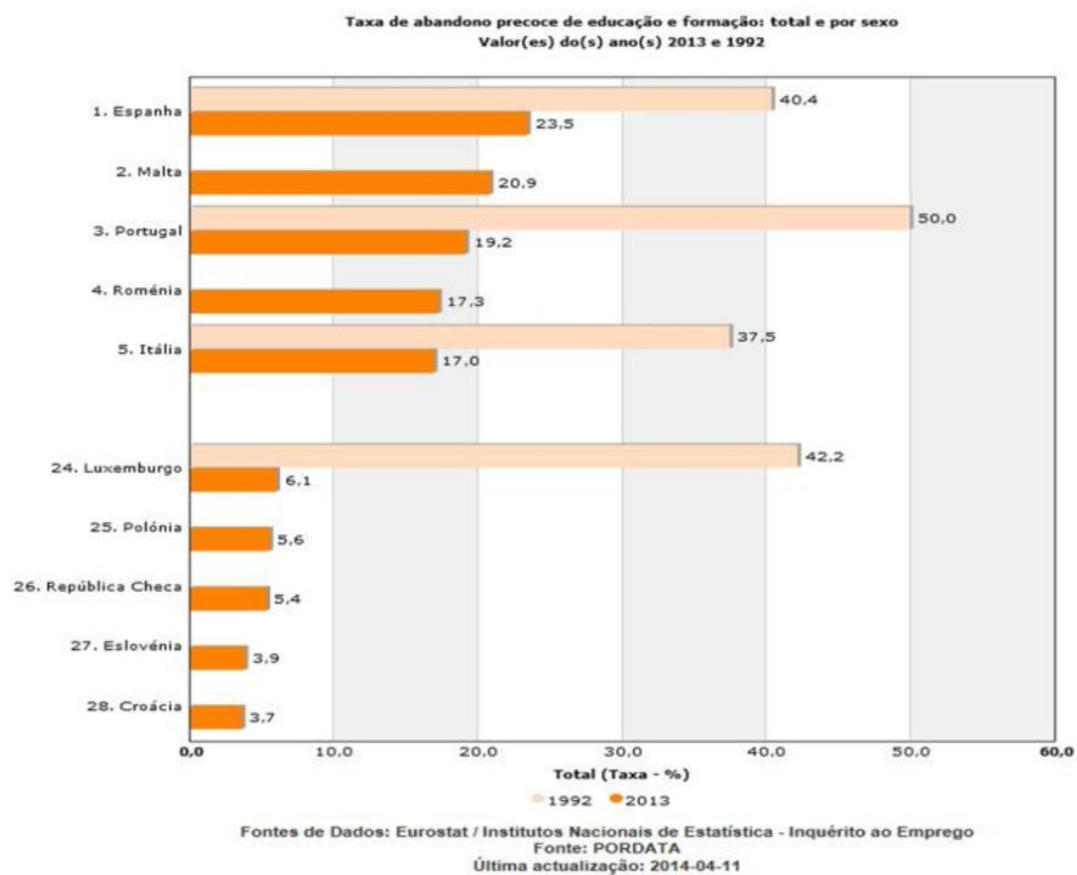
Apesar de ainda não se ter atingido em Portugal os resultados de escolarização desejados, muito já foi feito nesse sentido como demonstra o quadro seguinte:

Quadro 3. Evolução das taxas de abandono escolar precoce em Portugal



Fonte: Pordata

Quadro 4. Comparação da taxa de Abandono Escolar na EU



II - Causas do Insucesso e Abandono Escolar

O quadro seguinte sintetiza vários modelos de interpretação dos objetivos e finalidades da escola, de acordo com o tipo de modelo conceptual e respetiva corrente de estudos.

Quadro 5. Modelos de interpretação das finalidades da educação

TIPOS	Traços
Humanista	➤ Preparar para a cidadania
	➤ Compreender a tradição e a história
	➤ Ensinar valores, cultura e arte
Eficiência social	➤ Preparar para o trabalho
	➤ Responder a necessidades sociais e económicas
Evolução	➤ Centrar-se no aluno
	➤ Desenvolver o potencial de cada aluno
	➤ Apelar à criatividade e motivação do aluno
Progresso social	➤ Alcançar mais justiça social
	➤ Escola inclusiva
	➤ Equilibrar as desigualdades

(Adaptado de Marchesi, 2006)

Embora se pretenda afirmar que a escola é igual para todos, esta assume-se como uma dificuldade para muitos alunos.

Inúmeros estudos e trabalhos académicos têm-se debruçado sobre o papel da escola na sociedade e no desenvolvimento económico.

Em Portugal, todos os anos milhares de estudantes abandonam a escola devido à falta de meios financeiros, à falta de apoio das famílias, à fraca divulgação de informação e alternativas que sentem e à sua própria falta de vontade.

A elevada taxa de abandono escolar compromete não só o sistema educativo, como também o desenvolvimento do capital humano e o progresso do país. O desempenho escolar dos jovens tem repercussões ao nível do mercado de trabalho e desenvolvimento económico-social e deve convocar toda a sociedade.

Algumas das teorias mais sonantes nesta área têm como base a origem, intrínseca ou extrínseca, das variáveis que conduzem o aluno ao insucesso. Alguns autores centramos seus trabalhos no indivíduo e tendem a valorizar mais a componente singular da pessoa. Por outro lado, outros investigadores valorizam mais o meio subestimando as características individuais. Assim, consoante a linha de pensamento e de investigação dos autores, foram formuladas diversas teorias, que no fundo acabam por se complementar entre si.

Citam-se alguns investigadores:

- **Avanzini** (1967) refere: *“o desenvolvimento tecnológico libertou as populações mais jovens das tarefas laborais e permitiu que estes permanecessem disponíveis durante mais tempo para a vida escolar”*.
- **Caeiro** (1988), expressa que o aluno acaba por aproximar o seu comportamento às expectativas do professor. Este facto não é necessariamente negativo, uma vez que juízos de valor e expectativas moderadamente positivas podem contribuir para a melhoria da prestação dos alunos. Por outro lado, juízos de valor de carácter negativo podem comprometer a formação dos jovens.
- **Pires** (1991) apresenta seis causas do insucesso escolar: 1) desfasamento entre a escola e a realidade do aluno; 2) fraca cooperação da família com a escola; 3) resposta inadequada da escola às expectativas dos professores e alunos, das famílias ou da sociedade;

4) deficiente preparação pedagógica dos professores; 5) ausência de hábitos de leitura; e 6) falta de métodos de estudo.

- **Dolle & Bellano** (1993) referem que o sentimento de insucesso percebido pelo indivíduo pode originar sentimentos de rejeição, desgosto, agressividade, etc. Estas reações podem, por sua vez, representar um aumento do próprio insucesso, o que leva o jovem a cair numa bola de neve da qual dificilmente conseguirá sair caso não lhe seja prestado o auxílio necessário.
- **Guerreiro** (1998), afirma que as atitudes e crenças dos pais influenciam a construção da personalidade e crenças dos filhos. Assim sendo “*o valor atribuído pelos pais à escola e às aprendizagens vai influenciar a representação que os alunos fazem das mesmas*”. Esta ocorrência traduz-se ainda na motivação do jovem perante a escola.
- **Abreu** (cit. por Guerreiro, 1998) vai ainda mais longe ao afirmar que as expectativas positivas dos pais relativamente ao sucesso escolar têm efeitos positivos na sua educação.
- **McCarthy** (cit. por Fonseca, 1999) refere que existem mais de cem perturbações que podem afetar o rendimento escolar, destacando dez das mais frequentes, entre estas a hiperatividade, os problemas psicomotores, emocionais, desordens de atenção, impulsividade, desordens na memória e no raciocínio e dificuldades específicas na aprendizagem (dislexia, disgrafia, discalculia, etc.).
- **Schulman & Leviton** (cit. por Fonseca, 1999) referem uma inter-relação entre os fatores que se traduzem em dificuldades de aprendizagem, desde os problemas socioeconómicos, aos individuais, passando pelas oportunidades educacionais. Esta opinião é partilhada por **Guerreiro** (1998) ao referir que a qualidade das ligações que se estabelecem entre a família e a escola podem ser determinantes para a adaptação e mesmo para o desempenho do indivíduo.
- **Tollefson** (2000) atesta que existe a possibilidade de se entrar num ciclo vicioso de desresponsabilização, em que o aluno inculpa o professor pelo seu insucesso, já o professor incrimina o aluno de falta de atenção e/ou motivação, ou por outro lado, culpa o próprio sistema de ensino por não estar habilitado para dar resposta a todos os alunos.

- **Farmer(2003)**, sustenta, com base em vários autores, que os recursos familiares e a qualidade de vida, a escolarização dos pais e a sua profissão, a existência anterior de dificuldades na aprendizagem e a presença de problemas de comportamento e/ou relacionais, são dos fatores que mais contribuem para o abandono escolar em idades relativamente baixas. Acrescenta, ainda, que a estes problemas se somam o excesso de faltas, o tipo de escola, a qualidade dos apoios parentais e mudanças de escola.
- **Rovira (2004)** *“o fracasso escolar não é um desastre natural, nem um acidente de impossível previsão”*. A culpa do insucesso dos alunos é, por vezes, atribuída aos próprios alunos (Rovira, 2004), outras vezes à sociedade.
- **Sil (2004)** partilha da opinião que as situações de insucesso escolar são provocadas por uma multiplicidade de causas e o mesmo sucede com **Schulman & Leviton** (cit. por **Fonseca, 1999**) que reconheceram uma inter-relação entre dificuldades de aprendizagem, problemas socioeconómicos, obstáculos individuais e oportunidades educacionais.
- **Marchesi & Gil (2004)** dirigem a responsabilidade do insucesso dos alunos à escola, às famílias, ao estado e ao sistema económico.
- **Rangel (2004)** afirma que a Escola é uma medida política e que a iniciativa de construir ou não edifícios escolares, bem como o equipar dos estabelecimentos com recursos materiais e humanos cabe ao poder político.
- **Marchesi (2006)** destaca que *“aprender supõe esforço”* e afirma que a aprendizagem tem como base a atividade mental do aprendiz, deve ser o mais consciente possível e inclusive deve ser feito um esforço por relacionar a nova informação com dados já existentes, atribuindo-lhes um significado válido.
- **Marchesi (2006)** considera, ainda, que o objetivo da escola é fazer com que os alunos aprendam *“o que a sociedade considera necessário num determinado momento histórico”*. E acrescenta que para além de instruir os alunos, a escola apresenta-se como uma refinaria onde entram produtos em bruto, são moldados, adicionados com aditivos e

depois classificados de acordo com a sua qualidade. Porém, esta seleção natural (do melhor aluno) é segundo, o autor acima mencionado, uma espécie de objetivo oculto.

- **Binder & Michaelis** (2006) as perturbações precoces na aprendizagem são pequenos indicadores que podem querer antever uma situação de dificuldades de aprendizagem e em casos mais graves de insucesso escolar.
- **Minuchin** (cit. por **Machado**, 2007) lembra que *“o indivíduo não é um ser isolado, mas membro de vários grupos sociais que age e reage de acordo com os estímulos e reações dos outros indivíduos”*.
- **Machado** (2007) soma à lista de indicadores de insucesso a falta de interesse pela escola, o sentimento pessoal de fracasso do aluno, a dificuldade de inserção na vida profissional, o analfabetismo e o trabalho precoce.
- **Santos** (2009) agrupa os fatores de insucesso escolar em quatro conjuntos: a) fatores individuais; b) fatores familiares; c) fatores ambientais, e; d) fatores socioculturais.
- **Santos** (2009) indica que as atitudes e comportamentos dos alunos podem influenciar na sua prestação escolar, acrescentando, ainda, que além destas causas é necessário ter em conta as capacidades cognitivas e de raciocínio lógico dos alunos, contudo estes não são os únicos fatores individuais a concorrer para o insucesso escolar do aluno. Para a autora a desmotivação dos professores acarreta, ainda, outros problemas, como as suas elevadas taxas de absentismo, o que consequentemente afeta a aprendizagem dos alunos.
- **Miranda** (2010) acrescenta que justificar o insucesso escolar somente através do baixo quociente de inteligência dos alunos é apenas uma das formas de atribuir o insucesso ao próprio aluno. O mesmo relembra que quando o insucesso é atribuído à escola não é necessariamente uma crítica ao edifício, ou instituição escolar, mas a toda uma envolvência desde as questões com a avaliação dos alunos, até a falta de abertura entre esta e a sociedade, ou mesmo como resultado de políticas educativas menos adequadas a cada realidade.

Redução do Abandono Escolar Precoce

- **Miranda (2010)** afirma que o insucesso escolar pode ser entendido como “*resultado de um conjunto de fatores que atuam de modo coordenado*” acrescentando ainda que “*nenhum deles tomado isoladamente o conseguiria provocar*”.
- **Machado (2011)** considera que alunos oriundos de famílias de nível socioeconómico e cultural baixo apresentam valores mais notórios de insucesso e abandono escolar precoce, sustentando que estes necessitam de antecipar o ingresso no mercado de trabalho devido às dificuldades económicas da família.

O quadro seguinte sintetiza alguns fatores que podem explicar o insucesso e abandono escolar.

Quadro 6. Indicadores associados ao fracasso escolar

Sociedade	<ul style="list-style-type: none"> > Estrutura social > Exigências educacionais
Família	<ul style="list-style-type: none"> > Nível socioeconómico > Identidade cultural > Dedicção > Expectativas
Sistema de Ensino	<ul style="list-style-type: none"> > Despesa pública > Formação de professores > Flexibilidade do currículo > Sistema de avaliação e certificação
Escola	<ul style="list-style-type: none"> > Nível socioeconómico > Cultura escolar > Gestão e Coordenação > Participação
Aula	<ul style="list-style-type: none"> > Atitude e expectativas > Método de ensino > Avaliação
Aluno	<ul style="list-style-type: none"> > Capacidade > Motivação > Desenvolvimento social e afetivo > Comportamento

(Adaptado de Marchesi & Gil, 2004 e Marchesi, 2006)

III - Razões de abandono e desistência dos alunos das Escolas Profissionais

A ANESPO – Associação Nacional de Escolas Profissionais realizou um estudo com o objetivo de conhecer, por um lado a dimensão quantitativa do problema do abandono escolar e das desistências por parte dos alunos das Escolas Profissionais e por outro adiantar as razões que contribuem para explicar este fenómeno social .A ANESPO pretende com este estudo conhecer a quantificação das desistências segundo vários indicadores, bem como apurar as principais razões que estão na origem dessas mesmas desistências.

O inquérito foi realizado ao universo das escolas profissionais associadas da ANESPO, nos últimos 2 anos letivos, e teve como objeto os alunos que se matricularam no 10º ano nestas escolas. Os inquéritos foram feitos através de um formulário escrito enviado às escolas, que foi respondido entre a última semana de Julho e o final da primeira semana de Setembro.

Os resultados deste inquérito revelam as taxas de desistência nos anos:

	2010/2011	2011/2012
Nº de escolas contatadas	143	144
Nº de escolas com resposta	126	108
Nº turmas	578	549
Nº alunos inscritos	12487	12402
Nº de desistências	2007	2173
Taxa de desistência	16.1%	17.2%

Este estudo permite igualmente apresentar as taxas de desistência por região e tendo em consideração as taxas médias nacionais acima referenciadas, destacam-se, numa análise por região, taxas muito elevadas nas regiões do Alentejo e Algarve, Madeira e Açores. Por outro lado, as regiões Norte e Centro apresentam taxas de abandono inferiores à média nacional, ficando-se a região LVT próxima dessa média.

Região	2010/2011	2011/2012
Norte	14	16.3
Centro	13.9	16.2
LVT	15.7	17.7
Alentejo e Algarve	20.5	18.9
Madeira	24.5	23.1
Açores	27.3	17.6
Taxa de desistência global	16.1	17.2

Redução do Abandono Escolar Precoce

No capítulo das razões das desistências, constatamos que a principal é a “necessidade de ir trabalhar” (18.4% e 17.7%), situação expectável dadas as dificuldades que atravessam, um número cada vez maior de famílias portuguesas. Esta taxa refere-se a jovens que abandonam os estudos pela necessidade de encontrarem uma ocupação que lhes permita receber um salário, sendo contudo, essas as ocupações de mais baixos rendimentos, tecnicamente desqualificadas e com vínculos contratuais muito precários.

O quadro seguinte permite avaliar quais as razões que levam os alunos à desistência/abandono dos estudos:

Razões	2010/2011	2011/2012
Precisar de ir trabalhar	18.4	17.7
Mudança de curso/escola	15.7	16.9
Reprovação por faltas	12.3	
Curso não era o que esperava	10.1	8.4
Perfil pessoal incompatível com o curso		7.2
Motivos de saúde	4	4.6
Desemprego na família		5.6
Perda de capacidade económica do agregado familiar (divórcio, separação, etc.)		3.9
Ensino demasiado difícil	3.9	2.4
Mudança de residência/emigração	3.6	7.2
Estar farto de andar a estudar	3.4	4.9
Não se sentir integrado na escola	2.2	2
Gravidez	1.1	
Serviço militar		0.5
Não se adaptou ao sistema de avaliação	1	
Perder o(s) subsídio(s)		0.3
Outro motivo	12.9	8.5
NS/NR	6.5	9.9
Total	100	100

Redução do Abandono Escolar Precoce

Todas estas razões podem ser agrupadas pelo mesmo tipo de problemática apresentando as seguintes “tipologias”:

Tipologia das razões	Grupo das razões
Razões económicas	Precisar de ir trabalhar Perder o(s) subsídio(s) Desemprego na família Perda de capacidade económica do agregado familiar (divórcio, separação, etc.)
Insatisfação vocacional	Curso não era o que esperava Mudança de curso/escola Perfil pessoal incompatível com o curso
Insatisfação motivacional	Estar farto de andar a estudar Não se sentir integrado na escola Ensino demasiado difícil Não se adaptou ao sistema de avaliação
Razões circunstanciais	Mudança de residência Motivos de saúde Serviço militar Gravidez

No universo das razões apresentadas a “insatisfação vocacional” é a que obtém maior percentagem, 32% em 2011 e 32.6% em 2012, seguindo-se as “razões económicas” cuja percentagem em 2011 era de 22.9% e em 2012 de 27.6%.

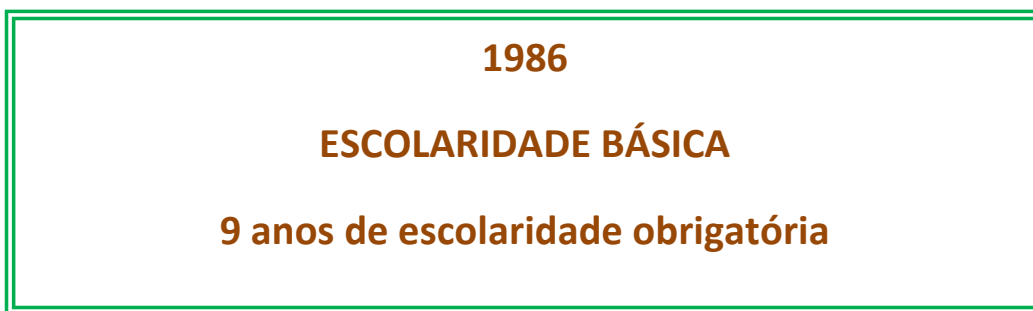
Assim, a primeira conclusão deste trabalho é o facto da percentagem mais significativa das razões do abandono ser uma *razão socioeconómica*: “precisar de ir trabalhar”.

A segunda constatação é a da grande percentagem de jovens que desiste de estudar ou inverte o seu percurso formativo a meio do ano escolar por motivos que se prendem com um deficiente conhecimento dos cursos por que optaram, sabendo que muitas destas situações levam ao abandono escolar

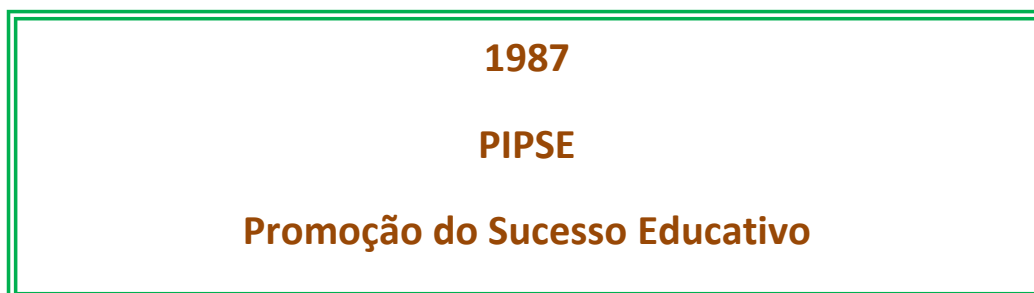
IV - Inventário das políticas públicas da educação

Foram várias as políticas educativas e as intervenções do estado nos últimos anos na luta, direta ou indireta, contra o abandono escolar.

Num sentido muito lato, a Constituição Portuguesa garante a igualdade no acesso à educação independentemente do sexo, raça, língua, origem, religião, convicções políticas, situação económica ou condição social.



A publicação da Lei nº46/86 de 14 de Outubro fez a ligação entre o previsto na Constituição e o dever de frequência do ensino obrigatório. Esta Lei determinou que o ensino obrigatório passasse a ter a duração de nove anos e que esta obrigatoriedade terminava aos 15 anos.



Em 1987, foi criado O Programa Interministerial de Promoção do Sucesso Educativo (PIPSE) que tinha como objetivo principal o combate ao insucesso escolar. Este programa estendeu-se até 1992.

1989

Regime jurídico de autonomia das escolas

O Decreto-Lei nº 43/89, de 3 de Fevereiro, estabelece o regime jurídico da autonomia da escola.

Este Decreto-Lei foi aplicado nas escolas oficiais do 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, e determinava que a autonomia pedagógica se exercia através de competências próprias nas áreas da organização e funcionamento pedagógico, nomeadamente na gestão de currículos, programas e atividades, da avaliação, gestão dos espaços e tempos escolares e da formação e gestão do pessoal docente.

1989

Ensino Profissional nas Escolas Públicas

Na conjugação da Lei 46/86 e do DL 43/89 assiste-se ao ressurgimento do Ensino Profissional em 1989, ensino este que tinha perdido importância desde a extinção das escolas técnicas.

É publicado o DL nº 26/89, de 21 de Fevereiro que tinha como objetivo fortalecer, em modalidades alternativas às do ensino formal, os mecanismos de aproximação entre a escola e o mundo do trabalho.

Fica então definido o Sistema de Aprendizagem, atualmente regulamentado pelo DL nº205/96 de 25 de Outubro, que constitui um dispositivo de formação profissional inicial em alternância e assegura uma certificação escolar.

Redução do Abandono Escolar Precoce

Este sistema assenta numa estrutura técnica, organizativa e financeira apoiada pelos serviços centrais e regionais do IEFP.

As principais características deste sistema eram as seguintes:

- Processo formativo desenvolvido em alternância entre o Centro de Formação Profissional e a entidade onde se realiza a formação prática em contexto de trabalho.
- Percursos formativos de entrada e saída em função do perfil pessoal de cada jovem/adulto, nomeadamente em termos das habilitações de acesso.
- Orientação estratégica e acompanhamento do Sistema tutelado pela Comissão Nacional de Aprendizagem, onde estão representadas as confederações patronais e sindicais bem como vários ministérios relacionados com a problemática da formação profissional.

Para além do Sistema de Aprendizagem é também desenvolvido o Ensino Recorrente, tratando-se de uma modalidade especial de ensino que visava à obtenção, de forma organizada e segundo um plano de estudo, de um ciclo ou nível de ensino a que correspondia à atribuição de diploma ou certificado equivalentes aos conferidos pelo ensino regular.

Os objetivos deste Ensino eram os seguintes:

- Assegurar uma escolaridade de segunda oportunidade.
- Atenuar os desequilíbrios existentes entre os diversos grupos etários no que diz respeito aos níveis educativos.

Tinham acesso a esta modalidade de ensino para os níveis Básico e Secundário, os indivíduos a partir, respetivamente, dos 15 anos e dos 18 anos de idade.

Esta modalidade de ensino pretendia responder à necessidade de jovens e adultos obterem mais qualificações escolares e/ou profissionais, dotando a Escola de ofertas formativas que favorecessem o retorno ao sistema de ensino da população que não o frequentou na idade própria ou que o abandonou sem obter certificação escolar.

O ensino Recorrente é regulamentado pelo DL nº 74/91 de 9 de Fevereiro, o qual estabelece o quadro geral de organização e desenvolvimento da Educação de Adultos nas suas vertentes de Ensino Recorrente e Educação Extra- Escolar e o DL nº344/90, de 2 de Novembro que estabelece as bases gerais da organização da educação artística pré-escolar, escolar e extra-escolar.

1991

Criação dos Serviços de Psicologia e Orientação (SPO)

Em 1991, são criados os Serviços de Psicologia e Orientação (SPO) com dois objetivos principais:

- Assegurar o apoio psicológico aos alunos ao longo de todo o processo educativo.
- Apoiar o desenvolvimento do sistema de relações interpessoais na Escola e entre esta e a comunidade.

Ainda em 1991, pelo despacho conjunto nº 48/SEAM/SERE/91, é criado o Ensino Básico Mediatizado que sucede à célebre Telescola.

1992

Programa Educação Para Todos

Em 1992 foi criado o Programa Educação Para Todos.

Este programa foi realizado em duas etapas complementares:

- 1ª etapa - Cumprimento da escolaridade obrigatória de nove anos até ao ano letivo de 1994-95.
- 2ª etapa - Focada para o acesso e frequência generalizadas do ensino ou formação de nível secundário ou equivalente, até ao ano letivo 1999-2000.

Ainda em 1992, através do Despacho Normativo nº 98-A/92 de 20 de Junho, foram enunciadas medidas de apoio e complementos educativos, no que respeita à avaliação dos alunos do Ensino Básico.

1992

Medidas de apoio e complementos educativos

Através do Despacho Normativo nº 98-A/92 de 20 de Junho, foram enunciadas medidas de apoio e complementos educativos, no que respeita à avaliação dos alunos do Ensino Básico.

Já no ano de 1993, O Despacho nº 113/ME/93, cria os Sistemas de Incentivos à Qualidade da Educação que têm como objetivo apoiar as escolas mais carenciadas através de projetos educativos e pedagógicos desenvolvidos numa perspetiva de discriminação positiva, de modo a potenciar a igualdade de oportunidades.

1996

Criação dos Territórios de Intervenção prioritária “TEIPS”

Em 1996, são criados os **TEIP**-Territórios Educativos de Intervenção Prioritária, tratando-se de espaços comunitários para o desenvolvimento cultural de

populações social e economicamente carenciadas, numa ótica de educação permanente.

1996

Criação dos “Currículos Alternativos”

Mais tarde, nesse ano, através do Despacho nº 22/SEEI/96, assiste-se à criação dos Currículos Alternativos que pretendiam dar aos estabelecimentos de ensino condições pedagógicas diferenciadas, adequando a estratégia às necessidades dos alunos.

Os Currículos Alternativos destinavam-se aos alunos do Ensino Básico abrangidos pelas seguintes situações:

- Insucesso escolar repetido;
- Problemas de integração na comunidade escolar;
- Risco de abandono da escolaridade básica.

1997

Rede única e integrada de educação PRÉ-ESCOLAR

No ano de 1997, entrou em vigor a Rede Única e Integrada de Educação Pré-Escolar. Com esta medida procurava-se que nenhuma criança fosse privada de educação pré-escolar por razões económicas e sociais e previa a progressão da gratuidade do ensino dos 3 aos 5 anos.

1997

**Programa de Integração de Jovens na Vida Ativa
(PIJVA)**

Ainda no ano de 1997, foi criado o Programa de Integração de Jovens na Vida Ativa (PIJVA) através da Resolução do Conselho de Ministros nº 44/97.

O Programa visava:

- A informação e orientação profissional aos jovens;
- A educação e formação profissional;
- Apoios à inserção profissional e ao acesso ao emprego

Este programa permitiu a implementação de cursos de educação e formação, com a duração de um ano letivo, com vista a aumentar a oferta de formação para jovens que possuíam o 9º ano.

Os Cursos de Educação e Formação Profissional Inicial (CEFPI- 9º Ano +1) foram criados ao abrigo do Despacho Conjunto nº 123/97, de 7 de Julho, criaram condições para que todos os jovens pudessem cumprir a escolaridade obrigatória e garantiu a possibilidade de formação profissional para aqueles que não pretendessem seguir de imediato os estudos.

1998

Novo Regime de Autonomia e Gestão das Escolas

Em 1998 verifica-se a primeira alteração à Lei de Bases do Ensino Educativo, através da publicação da Lei 115/97, de 19 de Setembro.

Este diploma cria um novo regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, baseado na descentralização, identidade de cada instituição escolar.

Ainda em 1998, pela Resolução do Conselho de Ministros nº 75/98, de 2 de Julho, foi criado o Plano para a Eliminação de Exploração do Trabalho Infantil (PEETI). Este Plano tinha como objetivo pôr fim a situações de trabalho infantil, incluindo formas de exploração de menores, evitar o abandono escolar precoce e da inserção também precoce no mundo do trabalho.

1999

Programa Integrado de Educação e Formação

Numa tentativa de combate às novas formas de abandono escolar e no seguimento do anterior Plano, é criado em 1999 o Programa Integrado de Educação e Formação, pelo Despacho Conjunto nº 882/99, de 15 de Outubro. Neste Programa incluem-se medidas e ações dirigidas para a reinserção escolar, nomeadamente, atividades de educação extra – escolar, de ocupação e orientação vocacional e de desporto escolar.

Mais tarde, este programa foi revisto e substituído pelo Plano de Educação e Formação (PEF), criado pelo Despacho Conjunto 948/2003, de 25 de Agosto

1999

Programa Integrado de Educação e Formação 15-18

Ainda em 1999, surge o Programa 15-18 pelo Despacho Conjunto nº 19971/99 de 20 de Outubro, inserido nas medidas de flexibilização das ofertas curriculares, nomeadamente no que respeita ao cumprimento da escolaridade obrigatória e à aquisição de competências nucleares que

permitted a effective integration in the world of work and access to education and training, from a perspective of education throughout life.

1999

Secretariado Entre culturas/ Educação Intercultural

In 2001, it is created by the Joint Decree of the Secretary of State for Education and the Secretary of State for Work and Training nº665/2001 of 21 July, the 10th professionalizing year, with the objective of giving a professional qualification to young people who completed the 9th year without the intention of continuing their studies or to young people who attended secondary school, without completing it, to seek a professional qualification.

Also in 2001 was published the DL nº6/2001 where the guiding principles of the organization and management of Basic Education were defined.

In this year, it was also created the Intercultural Secretariat, by the Normative Decree nº 5/2001 of 1 February, which had its orientation focused on the incentive to intercultural education in schools and community and the promotion of active policies to combat discrimination and ethnic and cultural exclusion.

2001

O Sistema Nacional de RVCC

It was during the year of 2001 that the National System of Recognition, Validation and Certification of Competences (RVCC) was created by the Portaria nº 1082-A/2001 of 5 September.

O Sistema Nacional de RVCC tinha como objetivos:

- Reduzir os défices de qualificação escolar e profissional;
- Contribuir para a eliminação da “sub-certificação”, através do reconhecimento pessoal, social e oficial das competências adquiridas ao longo da vida e do reforço da educação e formação ao longo da vida.

Este Sistema destinava-se a maiores de 18 anos, sem escolaridade básica e que pretendessem elevar os seus níveis de certificação escolar e de qualificação profissional.

Em 2003, pelo Despacho Conjunto nº 948/2003 de 26 de Setembro, é revisto o Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF), apontando para a necessidade de alargar e flexibilizar a resposta aos casos de abandono escolar motivados pela exploração infantil ou por outras formas de exploração de menores.

2004

**Plano Nacional de Prevenção
do Abandono Escolar “ Eu não desisto ”**

No ano de 2004, pela Resolução do Conselho de Ministros nº 37/2004, de 20 de Março, foi criado o PETI- Programa para Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil que sucede ao PEETI e desenvolve o Programa de Integração de Educação e Formação.

Também em 2004, pelo Despacho Conjunto nº453/2004, de 27 de Julho, foram promovidos cursos de educação e formação, destinados a jovens com idade igual ou superior a 15 anos, em risco de abandono escolar ou que já abandonaram antes da conclusão da escolaridade de 12 anos, bem como aqueles que, após concluírem os 12 anos de escolaridade, e não possuindo uma qualificação, pretendessem adquiri-la para ingresso no mundo do trabalho.

O Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar “ Eu não desisto” é apreciado no parecer nº7/2004 de 25 de Agosto.

Pela Lei nº 49/2005 de 30 de Agosto é realizada a segunda alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo.

2008

2º Programa TEIPs

Finalmente em 2008, pelo Despacho Normativo nº55/2008 de 23 de Outubro, foi criado um segundo “Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária”, que pretendia contribuir para a criação de condições de promoção do sucesso escolar dos alunos integrados em comunidades educativas atingidas por problemas sociais e económicos.

2009

O Programa Mais Sucesso Escolar (PMSE)

O Programa Mais Sucesso Escolar (PMSE) foi criado em 2009, como medida de apoio a projetos de escola para a melhoria dos resultados e do sucesso escolares e redução do abandono no ensino básico.

No âmbito deste Programa, as escolas contratualizam com as respetivas Direções Regionais de Ensino taxas de sucesso a atingir em cada ano letivo por um período de 4 anos, fazendo depender a continuidade do Programa do cumprimento das taxas contratualizadas.

O PMSE apoia o desenvolvimento de projetos de escolas, tendo como referência modelos de sucesso, nomeadamente:

Turma Mais – Este modelo nasceu com o propósito de conseguir a plena integração e sobrevivência escolar de todos os alunos na Escola Secundária Santa Isabel em Estremoz.

No plano organizativo pedagógico, a Turma Mais, é uma turma sem alunos fixos que agrega temporariamente alunos provenientes das várias turmas do mesmo ano de escolaridade. Nesta turma cada grupo de alunos fica sujeito a um horário de trabalho semelhante ao da sua turma de origem, com a mesma carga horária e o mesmo professor por disciplina, continuando a trabalhar nos mesmos conteúdos programáticos que a sua turma de origem, podendo, no entanto, beneficiar de um apoio próximo e individualizado sem sobrecarga de horas semanais.

Este modelo pode abranger a totalidade do currículo escolar ou apenas parte dele.

As escolas que adotaram este modelo têm o acompanhamento científico da Universidade de Évora.

Projeto Fénix – Este projeto surgiu no Agrupamento Campo Aberto, Beiriz e assenta num modelo organizacional de escola que permite dar um apoio mais personalizado aos alunos que evidenciam dificuldades de aprendizagem nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática ou outra identificada pela escola de acordo com a taxa de sucesso.

Este modelo consiste na criação de Turmas Fénix que são “ninhos” nos quais são temporariamente integrados os alunos que necessitam de um maior apoio para conseguirem recuperar aprendizagens, permitindo um ensino mais individualizado com respeito por diferentes ritmos de aprendizagem.

Assim que o nível de desempenho esperado é atingido, os alunos regressam à turma de origem. Também são criados “ninhos” para alunos com elevadas taxas de sucesso por forma a permitir o desenvolvimento da excelência.

As escolas que adotaram este modelo têm o acompanhamento científico da Universidade Católica Portuguesa.

Tipologia Híbrida – A partir da experiência das escolas é procurada a resposta ao desafio de melhorar a qualidade das aprendizagens e o sucesso dos seus alunos através de desenhos organizacionais próprios.

O acompanhamento científico desta tipologia é feito pelo Instituto da Educação da Universidade de Lisboa.

No primeiro ano de implementação do Programa Mais Sucesso Escolar (2009/2010) foram selecionados 123 Agrupamentos/escolas.

Por não terem alcançado as metas de sucesso contratualizadas verificou-se um decréscimo de escolas de 7% para segundo ano e de cerca 5% para o terceiro ano.

V - Contributo do QREN para a redução do Abandono Escolar Precoce

O QREN contribuiu para o combate do abandono escolar precoce, através do co-financiamento das vias de dupla certificação (Cursos de Educação e Formação de Jovens (CEF), Cursos Profissionais (CP) e Cursos de Aprendizagem (CA) e dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) – bem como de outras intervenções (requalificação da rede de escolas do pré escolar ao secundário, formação de docentes,...).

O montante financeiro de FSE e FEDER aprovado para o conjunto destas intervenções, com contributos diretos e indiretos para o abandono escolar, ascendeu a 4.290 M€, o que corresponde a 24% do QREN.

O Observatório do QREN desenvolveu um estudo de avaliação sobre os **Contributos do QREN para a redução do Abandono Escolar Precoce**.

Na verdade, apesar da grande redução do abandono escolar precoce nos últimos anos (39,1% em 2006 para 20,8% em 2012), Portugal encontra-se ainda longe da média da EU (12,8%) e da meta de 10% fixada no Portugal 2020.

A avaliação decorreu de três motivações centrais:

- a) Do abandono escolar precoce continuar a ser um forte constrangimento socioeconómico em Portugal;
- b) Da relevância que as respostas a este fenómeno assumem no QREN;
- c) Da necessidade de aprofundar o conhecimento sobre a eficácia e eficiência dessas respostas.

Importa, pois conhecer se estas intervenções e os montantes financeiros envolvidos tem tido o impacto desejável e eficiente, promover a sustentabilidade do ritmo de quebra do abandono escolar e quais as margens de melhoria.

O estudo apresenta um conjunto vasto de conclusões e recomendações que se encontram organizados em dois grandes tópicos de leitura que procuram permitir uma abordagem mais integrada aos resultados obtidos a resposta a cada uma das questões de avaliação consideradas. No entanto nesta

abordagem e dado o tema deste estudo iremos debruçar-nos principalmente sobre o ponto I. *Combate ao abandono e Insucesso Escolar: o contributo da oferta de dupla certificação e dos TEIP (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária).*

Principais resultados da Avaliação

Os resultados obtidos refletem, globalmente, um impacto muito significativo do QREN na redução do abandono escolar precoce.

Apesar da evolução muito positiva da taxa de abandono escolar precoce, para atingir a meta 2020 (10%), o sistema de qualificações continua a enfrentar um grande desafio.

O estudo aponta para a necessidade de:

- ✓ Continuar a dinâmica conseguida com as vias profissionalizantes quanto ao aumento do número de jovens que frequenta o ensino secundário;
- ✓ Ajustar as respostas existentes no ensino básico com o objetivo de melhorar o desempenho neste nível de ensino;
- ✓ Apostar na recuperação dos jovens adultos (nomeadamente entre os 18-24 anos) que já se encontrem fora da escola (cerca de 150 a 200 mil jovens estão nestas condições).

Principais recomendações da Avaliação

As principais recomendações do estudo de avaliação encontram-se sintetizadas:

- ✓ Melhoria progressiva do sistema, em particular, no que respeita à promoção, organização, relevância e permeabilidade das vias de dupla certificação, por via:
 - Da reativação da oferta de Cursos de Educação e Formação de jovens (CEF) ao nível do ensino secundário;
 - Da recuperação de jovens que abandonaram precocemente o sistema de educação e formação;
 - De um equilíbrio diferente na afetação de recursos entre as vias regulares e de dupla certificação, reforçando a disponibilidade de meios a estas;
- ✓ A opção de expansão e de especialização das ofertas pressupõe desafios nos planos organizativos e pedagógicos que constituem importantes requisitos de eficácia:
 - No âmbito da escolaridade obrigatória até aos 18 anos, reequacionar a atribuição de um nível de qualificação profissional a curso de nível básico.
 - Reequacionar as diversas modalidades de dupla certificação, tendo em conta os seguintes perfis:
 - Cursos de Educação e Formação de jovens (CEF) – reúnem condições preferenciais para responder a problemas mais críticos de aproveitamento escolar e risco de abandono;
 - Cursos de Aprendizagem (CA) – para consolidar uma via de qualificação intermédia mais diretamente orientada para a inserção no mercado de trabalho e para as respostas a áreas formativas de maior especialização produtiva a nível industrial;
 - Cursos Profissionais (CP) – para corresponder à oferta de uma escolha alternativa para um público com percursos escolares normais e representam uma opção preferencial para uma melhor inserção no mercado de trabalho e para alinhar uma fileira de qualificação vocacional com o ensino superior.
 - Uma maior profissionalização e regulação da função de tutoria, no quadro do reforço da formação em contexto de trabalho e um maior investimento na (re)qualificação pedagógica dos formadores da componente técnica.

- O reforço da compatibilização das ofertas qualificantes com as necessidades do tecido produtivo constitui uma aposta fundamental para valorizar as ofertas de dupla certificação, através:
 - Do desenvolvimento da orientação escolar e vocacional e a generalização da sua aplicação ao universo os alunos que concluem o ensino básico;
 - Da afirmação crescente de uma lógica de “especialização inteligente” de base regional da oferta de formação mobilizando os Conselhos Setoriais para a Qualificação, devendo o padrão de especialização produtiva e as opções de desenvolvimento sejam integradas e reforçadas por uma oferta diferenciada de qualificações intermédias;
 - Da redução dos obstáculos ao prosseguimento dos estudos, com ofertas adequadas de cursos na mesma área de educação e formação no contexto da escola ou proximidade;
 - Da melhoria da adequação dos cursos, procurando compatibilizar a especificidade e as expectativas dos alunos, com a qualidade das aprendizagens e as exigências do conhecimento e das competências requeridas pelo mercado de trabalho.
- Aprofundamento da articulação de todas as ofertas qualificantes com o Catálogo Nacional de Qualificações.

VI – Estudos

ESTUDOS

2006

Dissertação apresentada no ISCTE como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Educação e Sociedade

O impacto da formação profissional em alternância na motivação e nas expectativas dos jovens

Autor(es):

MELO, Cristina Monteiro de

Território - Alvo

Almeirim; Cartaxo; Santarém; Rio Maior, Torres Novas

Palavras Chave

Formação; aprendizagem; motivação; empregabilidade

Contributo do Estudo para a problemática do Abandono Escolar Precoce

O estudo analisa os cursos de nível III do Sistema de Aprendizagem do Ministério do Trabalho e da Segurança Social, promovidos pelo IEPF ou por entidades credenciadas.

Os cursos de Aprendizagem têm uma duração de cerca de 5000 horas, o que corresponde a, aproximadamente, 3 anos e conferem, no final, uma dupla certificação, qualificação profissional e equivalência escolar ao 6º, 9º ou 12º ano.

A principal característica dos cursos de Aprendizagem é o facto de funcionarem em alternância, isto é, a formação decorre alternadamente entre as sessões teóricas, ministradas nos centros de formação e a formação prática desenvolvida nas empresas da região, em contexto real de trabalho. A alternância foi o tema principal deste estudo de caso, desenvolvido com o intuito de verificar se e em que medida o facto de os formandos acederem a uma formação em contexto real de trabalho melhora a sua motivação e a suas expectativas, nomeadamente no que se refere à sua futura empregabilidade

Esta alternativa constitui uma via para contrariar o insucesso e o abandono escolares.

ESTUDOS

2008

Tese apresentada no ISCTE como requisito parcial para a obtenção de grau de Mestre em Intervenção Comunitária e Proteção de Menores

Construção de um instrumento de diagnóstico de crianças e jovens em risco de abandono escolar

Autor(es):

MELO, Carina Filipa Pereira

Território - Alvo

Não aplicável

Palavras Chave

Insucesso escolar; fatores de risco; medidas de intervenção e prevenção; avaliação e gestão de abandono escolar.

Contributo do Estudo para a problemática do Abandono Escolar Precoce

O estudo refere os seguintes causas para o insucesso

- 1) Relações parentais negligentes ou abusivas;
- 2) Absentismo escolar;
- 3) Fraco investimento na vida escolar;
- 4) Vida familiar disfuncional;
- 5) Desresponsabilização dos professores

O estudo sublinha a quase inexistência de programas e medidas única e exclusivamente dedicadas à intervenção precoce e à prevenção dos fenómenos do insucesso e abandono escolar e recomenda a criação de instrumentos de diagnóstico e/ou de avaliação de casos de risco de abandono escolar.

ESTUDOS

2009

*Dissertação apresentada no ISCTE-IUL como requisito parcial para a
obtenção do grau de Mestre em Educação e Sociedade*

***Estudantes do ensino secundário profissional, origem social, escolhas
escolares e expetativas***

Autor(es):

MENDES, Paula Maria Santos

Território - Alvo

SANTARÉM

Palavras Chave

*Ensino profissional, desigualdades sociais,
desempenho escolar, escolhas e expetativas*

***Contributo do Estudo para a problemática do Abandono
Escolar Precoce***

O estudo debruça-se sobre a importância que a origem de classe e o percurso escolar tem na orientação e construção dos projetos futuros profissionais dos jovens do ensino profissional, colocando-se como hipótese que a escolha desta modalidade de ensino estava associada a alunos de classes sociais de capitais económicos e culturais baixos e percursos escolares mal sucedidos, que procuram a entrada rápida no mercado de trabalho, existindo diferenças de género nas opções e projetos futuros.

Conclui que existe uma relação significativa entre a frequência do ensino profissional e a origem social dos jovens.

Um veredicto escolar negativo e a consciência da necessidade de obter qualificações escolares e profissionais, para enfrentar um mercado de trabalho globalizado e competitivo levam os jovens a optar por a via do ensino profissional, considerando-a a forma de aprenderem uma profissão, de ficarem melhor preparados para o mercado de trabalho e de arranjarem emprego mais facilmente, desvalorizando essa escolha enquanto forma de completar facilmente o 12º ano de escolaridade.

ESTUDOS

2009

*Dissertação apresentada à Universidade Portucalense Infante D. Henrique para a
Obtenção do grau de Mestre em Administração e Planificação da Educação*

*O regresso à escola dos alunos em abandono escolar
Contributo de um Programa Integrado de Educação e Formação*

Autor(es):

OLIVEIRA, Alice Maria Soares de

Território - Alvo

PORTO

Palavras Chave

Abandono Escolar; Escola; Família; PIEF

*Contributo do Estudo para a problemática do Abandono
Escolar Precoce*

O Estudo conclui:

- O interesse da família pela escola influencia o fenómeno do abandono escolar precoce;
- A desvalorização da escola por parte da família e a ausência de acompanhamento das atividades escolares são reproduzidas pelos jovens.
- O nível socioeconómico da família influencia o interesse pela escola;
- O insucesso escolar ao longo da frequência influencia o abandono;
- Apresenta como muito positiva a medida PIEF: A articulação entre escola e entidades locais revelou-se benéfica para o contexto socioeconómico das famílias estudadas;
- Os alunos que integraram as turmas PIEF em estudo, regressaram à escola.

ESTUDOS

2009

Abandono e regresso à escola –Olhares sobre as Novas Oportunidades

Autor(es):

SILVA, Carlos Alberto de Freitas

Território - Alvo

AVEIRO

Palavras Chave

***Abandono escolar; insucesso escolar;
regresso à escola; iniciativa Novas Oportunidades***

***Contributo do Estudo para a problemática do Abandono
Escolar Precoce***

O estudo debruça-se sobre os motivos do regresso à escola de antigos alunos que não completaram a escolaridade de nível secundário.

A maioria dos alunos inquiridos saiu da escola quando tinha uma idade compreendida entre os 16 e os 20 anos e a maior parte deixou a mesma quando concluiu o 3º ciclo do ensino básico.

Os docentes referem o desinteresse como a causa de saída da escola;

Por outro lado, a maioria dos formandos pensa que o abandono escolar foi originado pelo insucesso escolar que viveram. Referem testes e matérias difíceis;

O estudo refere como causas do abandono:

- As repetidas retenções durante o percurso escolar;
- As reduzidas aspirações académicas por parte dos agregados familiares cujo o nível de instrução predominante é a 4ª classe ou menos) e com empregos pouco qualificados.

A iniciativa Novas Oportunidades, constituída por várias inovações, das quais se destacam o RVCC e os Cursos EFA (direcionados para os adultos e para a qualificação e certificação, completamente diferenciados do currículo tradicional), pode ter sido a solução que os jovens e adultos encontraram, após tentativas frustradas de progressão na carreira ou acesso ao mercado de trabalho.

Voltaram a acreditar numa escola que em tempos consideraram como um tempo perdido.

ESTUDOS

2010

***Ser e Aprender: A Resposta TEIP no Combate às
Desigualdades Sociais na Educação***

Autor(es):

ÁLVARES, Maria Eugénia Cotta Patrício

Território - Alvo

Não aplicável

Palavras Chave

***Desigualdades sociais; desigualdades face à escola;
territorialização das políticas educativas; Programa TEIP***

***Contributo do Estudo para a problemática do Abandono
Escolar Precoce***

Conclusões do estudo:

O Programa TEIP tem procurado uma intervenção na promoção da equidade e eficácia multinível: procurando a discriminação positiva transversal destas escolas nas medidas de política educativa, promovendo a integração de novos técnicos, a contratação de peritos e a introdução de metodologias de monitorização e avaliação e forçando também a entrada na sala de aula, não só através da formação de docentes como no estímulo à procura de novas respostas, pela introdução de novas ofertas educativas e formativas e de novos modelos pedagógicos centrados no aluno e no problema.

mostrando que elas não são só escolas de contextos “difíceis” mas que também podem ser pólos de inovação pedagógica e organizacional, que assumem a sua missão de instituições fundamentais na promoção da inclusão e da igualdade de oportunidades.

Parece ser ao nível micro e macro que se encontram os principais desafios: ao nível micro materializando-se nas referidas resistências à transformação de práticas pedagógicas e ao nível macro, já que a discriminação positiva transversal das escolas TEIP nas medidas de política persiste não sendo aplicada. A este segundo nível parece ser relevante promover a visibilidade do programa e o lobbying político.

Mesmo nos casos em que o sucesso do projeto não foi pleno surgem muitos exemplos de estratégias inovadoras, de soluções imaginativas e, sobretudo, de uma dedicação e focalização no aluno que podem, e devem, servir de exemplo a todas as escolas. Desta forma, importa promover a sua visibilidade social.

ESTUDOS

2011

Dissertação apresentada no ISCTE-IUL como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia Especialidade em Educação

No espaço escolar: estudo de caso de uma Associação de Pais

Autor(es):

CAPUCHA, Ana Rita Pinheiro Vaz

Território - Alvo

VILA FRANCA DE XIRA

Palavras Chave

Relação família-escola; papéis educativos; envolvimento parental; participação parental; Associação de Pais

Contributo do Estudo para a problemática do Abandono Escolar Precoce

Refere o distanciamento entre pais e professores e distintas visões e perceções em torno de questões pedagógicas e escolares ou sobre os papéis educativos das duas entidades.

A escola/ professores responsabilizam diretamente os pais pelas falhas formativas dos alunos ou pelas questões de indisciplina que os pais, por seu turno, sentem que o corpo docente se move em atitude “corporativista”, afastando-os, e contribuindo assim para a demissão participativa.

O estudo conclui a necessidade de reforçar a atuação das Associações de Pais

ESTUDOS

2011

Trabalho de projeto apresentado no ISCTE-IUL como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Família e Sociedade

Educação e formação de jovens de famílias multi-problemáticas: o papel do Técnico de Intervenção Local em contexto escolar

Autor(es):

ESPERANÇO, Cristina Melo Ribeiro Seabra Gomes Loureiro

Território - Alvo

LISBOA

Palavras Chave

Pobreza; exclusão social; crianças e risco, famílias multiproblemáticas; escola; intervenção social

Contributo do Estudo para a problemática do Abandono Escolar Precoce

O estudo explica que o insucesso e abandono escolar são faces bem visíveis dos riscos de pobreza e exclusão social, associados ao contexto social e familiar da origem dos alunos, e a escola em vez de funcionar como um espaço de inclusão acaba, muitas vezes, por excluir os alunos com menor capacidade de resiliência.

O estudo defende a importância da intervenção social sistémica, centrada nos utentes e em equipas multidisciplinares (incluindo Assistentes Sociais, Psicólogos e Professores), no contexto escolar, como forma de minimizar os efeitos da desvantagem sociocultural de alguns alunos e contribuir para a sua verdadeira integração escolar e social.

Refere, ainda que os elementos da direção das escolas deveriam possuir mais e melhor formação nas áreas de gestão e mediação de conflitos, que os professores alargassem as suas competências relativamente ao trabalho em equipa, as estratégias pedagógicas fossem mais adaptadas à heterogeneidade dos alunos e que, também, aos funcionários da escola fosse facultada formação ao nível das competências pessoais e sociais necessárias para lidar com crianças e jovens.

Sustenta a pertinência de intervenções preventivas desde o 1º ciclo do ensino básico e com turmas do ensino regular na maioria das escolas públicas.

ESTUDOS

2013

*Relatório apresentado no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto
Universitário de Lisboa (CIES-IUL)*

***A medição e intervenção do abandono escolar precoce:
desafios na investigação de um objeto esquivo***

Autor(es):

ESTEVÃO, Pedro e ÁLVARES, Maria

Território - Alvo

Não aplicável

Palavras Chave

*Fatores de abandono escolar; indicadores de abandono
escolar precoce, metas 2020, pontos críticos*

***Contributo do Estudo para a problemática do Abandono
Escolar Precoce***

Propõe a construção do indicador de abandono escolar precoce (AEP) e a sua integração no Sistema Estatístico Europeu.

A adoção do AEP deverá ser utilizado como indicador de referência na monitorização do desempenho das escolas e dos sistemas de educação/formação.

Segundo o estudo, o índice AEP comporta uma mensagem crucial: se a missão das escolas é qualificar a população, então já não é suficiente apenas garantir o acesso dessa população à educação; é necessário sobretudo conseguir promover o seu sucesso escolar e formativo em grande escala.

Reconhece a relação entre sucesso escolar e abandono.

Apresenta três desafios centrais que se colocam à investigação científica do abandono escolar.

1º Melhorar a qualidade do indicador de AEP e propor a integração de um Inquérito à Educação e Formação nas operações do Sistema Estatístico Europeu.

2º Complementar o indicador de AEP com uma bateria de indicadores que permita captar os diferentes aspetos e fatores em operação do processo e identificar os pontos críticos dos sistemas de educação/formação.

3º Realização regular de estudos de cariz qualitativo sobre os fatores que interferem no processo de abandono.

VII – Intervenções e Boas Práticas

Projeto: Percursos Acompanhados

Objetivos do projeto:

Combater o insucesso e abandono escolar através de uma abordagem integrada;

Contribuir para a inserção social de crianças e jovens, através do acompanhamento psicoterapêutico e de atividades comunitárias, pedagógicas, desportivas e de cidadania;

Promover a utilização das TIC nos processos educativos;

Desenvolver a formação de jovens adultos;

Apoiar na procura de emprego.

Entidade promotora:

CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social.

Parcerias:

Junta de Freguesia da Buraca; Câmara Municipal da Amadora; Agrupamento de Escolas Almeida Garrett; CooperActiva - Cooperativa de Desenvolvimento Social; Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos; Associação de moradores “ A Partilha” e Grupo Auchan.

Território de Intervenção:

Bairro do Zambujal, Freguesia da Buraca e Concelho da Amadora.

Público-alvo:

Crianças e jovens do 1º, 2º e 3º ciclo do ensino básico e secundário;

Crianças e jovens descendentes de imigrantes ou de etnia cigana.

Atividades desenvolvidas:

Sala de estudo;

Desenvolvimento de competências pessoais e sociais;

Articulação com as famílias e as escolas;

Sala de inclusão social para apoio aos jovens na inserção na vida ativa.

Contributo do projeto para a redução do abandono escolar:

Implementar um Centro de Apoio Social Escolar como previsto no Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar;

Desenvolver diversas atividades com as crianças e jovens, nomeadamente o apoio nas tarefas escolares, exercícios de grupo e de melhoria do aproveitamento escolar, atividades lúdicas e desportivas;

Recolher informação sobre o aproveitamento escolar das crianças e jovens junto da escola, em colaboração permanente com os professores/diretores de turma, fazendo a ponte entre a família e a escola.

Projeto: Abandono Zero

Objetivos do projeto:

Ajudar a erradicar o abandono escolar e apoiar o regresso à escola e/ou entrada no mercado de trabalho;

Detetar e combater o risco de abandono escolar através do alargamento das ofertas educativas, formativas e profissionais, como resposta às necessidades dos jovens;

Articular a rede social em resposta aos problemas dos jovens e famílias.

Entidade promotora:

EPIS

Parcerias:

Câmara Municipal de Sesimbra.

Território de Intervenção:

Concelho de Sesimbra.

Público-alvo:

Jovens que abandonaram a escola ou em risco de abandono.

Atividades desenvolvidas:

Levantamento e identificação de jovens em risco de abandono, junto da escola;

Contactos com os jovens em risco e respetivas famílias;

Levantamento de ofertas educativas e formativas e realização de parcerias para estruturação de ofertas educativas/formativas;

Vinculação do aluno: abordagem + entrevista motivacional + plano de intervenção + capacitação (abordagem motivacional, preparação da mudança e estabilização emocional/comportamental) – elaborar plano de vida;

Reinserção em percurso de educação/formação e monitorização e acompanhamento do aluno em contexto de formação ou entrada no mercado de trabalho.

Contributos do projeto para a redução do abandono escolar:

Alteração da situação dos alunos em risco de abandono motivando-os a permanecer na escola e em segundo lugar identificar jovens que abandonaram a escola com vista ao seu regresso à educação e/ou formação profissional para a empregabilidade;

Aposta na inclusão social de jovens em risco de exclusão social ou em situação de abandono escolar, procurando trazê-los para a escola (regular ou profissional) e/ou encaminhá-los para inserção profissional;

Estruturar novas ofertas educativas/formativas que correspondam às necessidades e capacidades dos jovens e que lhes permita o ingresso no mercado de trabalho.

Projeto: INOV-E

Objetivos do projeto:

Promover inovação educacional no ensino da ciência e da tecnologia, através duma aprendizagem experimental que motive os jovens para o estudo e a valorização da escola;
Incentivar os alunos a adotar uma atitude responsável na sala de aula e no espaço escolar, para combater o insucesso escolar;
Dar a oportunidade aos alunos com capacidades acima da média de desenvolver as suas competências e a criatividade.

Entidade promotora:

Agrupamento de Escolas Amadora Oeste.

Parcerias:

Câmara Municipal da Amadora.

Território de Intervenção:

Concelho da Amadora.

Público-alvo:

Crianças e jovens do 1º, 2º e 3º ciclo do ensino básico e secundário.

Atividades desenvolvidas:

Os jovens envolvem-se em atividades dinâmicas, utilizando a própria experiência, onde passam a ser protagonistas da sua aprendizagem. A abordagem é baseada em situações-problema, por via dos quais aprendem a trabalhar em equipa e a encontrar soluções criativas para os problemas apresentados. Criam protótipos solares e desenvolvem os respetivos Kits Solares/Didáticos, os quais podem ser construídos e utilizados tanto nas aulas, para concretização de aprendizagens, como em atividades de enriquecimento curricular.

O desenvolvimento dos Kits Didáticos para as escolas, destinam-se a motivar os alunos para o estudo das disciplinas de matemática, educação visual, educação tecnológica, físico-química, e demonstrar que todas são importantes na sua formação escolar.

Os alunos, do 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º anos, desmontam equipamentos elétricos e eletrónicos como computadores, impressoras, fotocopiadoras, de onde retiram componentes utilizáveis na construção dos protótipos solares: nave espacial, barco solar, carro solar, forno solar entre outros.

Contributo do projeto para a redução do abandono escolar:

Melhor empenho escolar: os alunos com participação nas atividades do INOV-E têm aumentado o seu gosto pela escola e manifestado disponibilidade para contribuir para as apresentações públicas sobre o projeto, através do seu testemunho pessoal;

Resultados escolares mais elevados: muitos dos alunos e alunas, que transitaram do 3º ciclo para o secundário aumentaram as suas notas e um maior compromisso com a escola, o que se traduz na subida da escola no ranking das escolas nacionais;

Redução do Abandono Escolar Precoce

Mudança de comportamento de muitos alunos: alunos/as mais agressivos e com dificuldades de concentração na sala de aula, aceitam o desafio de mudar o seu comportamento e candidatam-se a entrar para as equipas que apresentam os protótipos solares;

Melhoria de algumas competências: despertar de vocações e novas capacidades de aprendizagem, mudança de atitude, capacidade de falar em público;

Apoio individualizados para alunos com dificuldades de atenção, ou mesmo mal comportados, envolvendo-os no projeto, passa por recorrer a um contrato, em que se comprometem a modificar os seus comportamentos negativos para não prejudicarem a sua equipa e puderem participar nas atividades do Clube, mesmo nas mais lúdicas, que consistem em andar na trotineta eléctrica, apresentar publicamente os carros solares de competição, participar no campeonato do berlinde, do futebol do basquetebol;

Disseminação em outras escolas no país: o projeto pode ser aplicado em qualquer escola, havendo grande potencialidade na sua transferibilidade, através do envio dos Kits didáticos, de apresentações e disponibilização de materiais necessários.

Projeto: Um dia na prisão

Objetivos do projeto:

Sensibilizar os jovens para o exercício de uma cidadania responsável e prevenir a criminalidade;
Proporcionar aos jovens experiências que reforcem as suas competências pessoais e sociais, com enfoque no processo de tomada de decisão e auto responsabilização;
Contribuir para a estratégia de redução do abandono escolar precoce.

Entidade promotora:

Direção geral dos Serviços Prisionais.

Parcerias:

Direção geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular e Instituto da Segurança Social.

Público-alvo:

Jovens integrados em algumas escolas, instituições de acolhimento, IPSS, ONG e outras organizações.

Atividades desenvolvidas:

Fase 1 - Sessões prévias:

Apresentação e sensibilização às organizações beneficiárias do projeto e dinamização de sessões formativas com professores e jovens beneficiários.

Fase 2 - Dia na prisão:

Estou privado de liberdade: experiência simulada, em ambiente prisional, que lhes permite sentir o que é estar privado de liberdade. Esta ação será enquadrada por técnicos e pessoal do corpo da guarda prisional.

Percebo a importância de ter controlo na minha vida: conversa com reclusos selecionados que partilham as suas experiências pessoais, as atitudes e comportamentos que significam não ter controlo sobre a construção das suas vidas, o que significa estar privado de liberdade, as suas emoções e perdas, o que mudariam na sua vida se pudessem voltar atrás...

Declaro o meu futuro: refletir sobre o futuro que o jovem pretende para a sua vida. Debate com técnicos especializados a sua visão pessoal sobre a experiência vivida e convidando os jovens a refletir sobre a sua visão pessoal; Estratégias para atingir esse futuro e como se constrói sendo que cada um é responsável pela forma como conduz a sua vida.

Fase 3 - Sessões subsequentes:

Garantir que a experiência vivenciada seja percebida de uma forma pedagógica e construtiva; reforçar a importância das escolhas e consequências dos atos e formular alternativas aos comportamentos; refletir sobre a adoção de estilos de vida e ações.

Contributos do projeto para a redução do abandono escolar: Incentivar o gosto pelo estudo;

Proporcionar experiências que melhorem as competências pessoais e sociais dos jovens;
Formular alternativas para o futuro.